



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**OS DESAFIOS POSTOS À PRÁTICA PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA
PARAÍBA**

MARIA ALANA ALBUQUERQUE ARAUJO

Campina Grande/PB

2011

MARIA ALANA ALBUQUERQUE ARAUJO

**OS DESAFIOS POSTOS À PRÁTICA PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA
PARAÍBA**

Artigo apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Alecsonia Pereira Araújo

Campina Grande/PB

2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial Luiza Erundina – Serviço Social –
UEPB

A663d Araujo, Maria Alana Albuquerque.

Os desafios postos à prática profissional do assistente social no 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba [manuscrito] / Maria Alana Albuquerque Araujo. – 2011.

34 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Alecsonia Pereira Araujo, Departamento de Serviço Social”.

RESUMO

1. Serviço Social. 2. Prática Profissional. 3. Assistente Social. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

MARIA ALANA ALBUQUERQUE ARAUJO

**OS DESAFIOS POSTOS À PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL
NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA**

Aprovado em: 11 / 08 / 2011

Nota: 9,3

BANCA EXAMINADORA



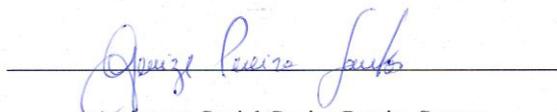
Profª Ms. Alecsonia Pereira Araújo

Orientadora



Profª Ms. Patrícia Crispim Moreira

Examinadora



Assistente Social Genize Pereira Santos

Examinadora

Campina Grande/PB

2011

OS DESAFIOS POSTOS À PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

MARIA ALANA ALBUQUERQUE ARAUJO

RESUMO

O presente artigo centrou-se na análise dos desafios postos à prática profissional do Assistente Social no 2º Batalhão de Polícia Militar em Campina Grande/PB. O estudo processa-se como uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo, cujo referencial teórico-metodológico adotado foi o dialético marxista. A coleta de dados se deu por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturado e a análise destes dados foi realizada pelas técnicas de análise de conjuntura e de conteúdo à luz de autores que subsidiaram todo conteúdo trabalhado. Para tanto, tivemos como sujeito e universo da pesquisa a Assistente Social do 2º BPM. Mediante análises dos dados constatou-se que a intervenção profissional do Assistente Social no 2º BPM se desenvolve de forma precária, principalmente no que refere-se ao desentendimento por parte dos membros e do comando do 2º BPM acerca da profissão Serviço Social e as competências do Assistente Social, o que remete-se a falta de recursos financeiros e logísticos para o setor de Serviço Social. Assim, evidencia-se que as condições objetivas configuram-se como as responsáveis pelas limitações vivenciadas pelo Assistente Social no 2º BPM.

Palavras-chave: Serviço Social. Prática Profissional. Condições Objetivas.

ABSTRACT

This article has focused on analysis the challenges posed to professional practice of Social Work at the 2nd Military Police Battalion in Campina Grande / PB. The study is done as a field research qualitative, whose theoretical and methodological framework adopted was the Marxist dialectic. Data collection occurred through a roadmap for semi-structured interviews and analysis of these data was performed by analysis techniques and content situation in the light of all content authors who worked subsidized. To this end, we as the survey subject and the Social Worker of the 2 BPM. Through data analysis it was found that the professional intervention of Social Work in 2 Battalion develops poorly, especially when it refers to the disagreement by members and command of the 2nd BPM on the profession social work and skills Social Worker, which refers to the lack of financial and logistical resources for the sector of Social Service. Thus, it is clear that the objective conditions are characterized as primarily responsible for the limitations experienced by the Social Worker 2 Battalion.

Key-words: Social Service. Professional Practice. Objective Conditions.

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como objetivo investigativo a análise dos desafios postos à prática profissional do Assistente Social no espaço do 2º Batalhão de Polícia Militar em Campina Grande/PB.

O interesse pela temática surgiu durante as nossas observações durante o estágio supervisionado do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, realizado no 2º BPM, cuja motivação se deu a partir das inquietações de compreender as variadas dificuldades e desafios que a Assistente Social enfrenta no seu cotidiano para desenvolver sua prática.

Lembrando que o Serviço Social é uma profissão que surge de um projeto burguês, marcado por antagonismos e contradições, dos conflitos entre o capital e o trabalho.

No entanto, com o decorrer do processo histórico, marcado por movimentos reivindicatórios, o Serviço Social buscou romper com a herança conservadora, onde o exercício profissional passou a ser direcionado por um projeto profissional que se pauta na “[...] defesa dos direitos sociais, da cidadania, da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade [...]” (IAMAMOTO, 2001, p.113). Nessa direção é que um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social é a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2006).

O Assistente Social passa a ter um referencial crítico, uma formação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política voltada para o enfrentamento da questão social nas suas mais variadas expressões, que na contemporaneidade sob a égide neoliberal torna-se mais agravante, aumentando as desigualdades sociais.

É no âmbito da Política neoliberal que os Assistentes Sociais são chamados a intervir, onde o Estado torna-se mínimo para o social, tendo-se a desmontagem do sistema de proteção do trabalhador, enxugamento do setor público, sucateamento e focalização das políticas públicas. Consequentemente há um aumento da demanda por serviços, falta de verbas e recursos das instituições, seletividade dos atendimentos, dentre outras.

Ressaltamos que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, sendo o Assistente Social um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho qualificada em troca de um salário, que dispõe de uma relativa autonomia na

condução do atendimento perante seus usuários, porém não dispõem dos meios e das condições para efetivar o seu trabalho, do qual este será submetido pelos organismos empregadores, ou seja, o Assistente Social necessita dos meios de trabalho da instituição, o que lhe impõem limites e entraves para o desenvolvimento de seu exercício profissional.

Sob tais condições e inserido, especialmente na política de segurança pública, por ser esta campo de nosso estudo, encontra-se o assistente social, cuja prática profissional é condicionada por determinantes sócio-históricos e conjunturais. No entanto, apesar do cotidiano de trabalho dos assistentes sociais apresentarem inúmeros desafios, esses profissionais devem definir estratégias para atender os interesses da população, com a qual trabalha.

Nesse sentido, este estudo se deu a partir de uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo, que segundo MINAYO (1994 p.21-22): “[...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações.”, e método dialético, pois investiga a realidade na qual tudo está em constante mudança (ANDRADE, 2007). Temos como sujeito da pesquisa a Assistente Social do 2º BPM, correspondendo ao universo dos profissionais de Serviço Social que atua nesta instituição. Destarte, para a coleta de dados utilizamos a observação assistemática, que de acordo com (RUDIO, 1999), é aquela que acontece de maneira ocasional, sem um determinado planejamento, onde os fenômenos surgem de forma imprevista. Utilizamos um roteiro de entrevista semi-estruturado. Para a análise e interpretação dos dados utilizamos a análise de conteúdo, que segundo (BARDIN, 1997), é um conjunto de técnicas de análise para obter-se de forma sistêmica e objetiva a descrição do conteúdo das mensagens e permitam a elaboração de conhecimentos sobre estas, bem como a análise de conjuntura, que é uma leitura da realidade, partindo de uma determinada necessidade ou interesse específico, exigindo-se o conhecimento, a compreensão das relações, tendências e de todos os elementos inerentes a uma dada situação (SOUZA, 1984).

Dessa forma, o artigo encontra-se dividido em três etapas: na primeira tecemos uma discussão acerca do Serviço Social no Brasil, com um breve contexto histórico do seu surgimento até a contemporaneidade à luz de autores como: Guerra, Iamamoto, Kauchakje et al, Martinelli, Netto, entre outros.

Em seguida, abordamos brevemente o contexto histórico da política de segurança pública no Brasil, enfatizando a inserção da prática do Serviço Social na referida política, à luz dos autores: Jucá, Lima, Marconsin & Forti, Neves e Santos.

A última etapa corresponde às análises e discussões dos dados da pesquisa, seguida das considerações finais e das referências que subsidiaram a construção do conhecimento em torno da temática. Por fim, este trabalho apresenta os apêndices.

1 Breve histórico do Serviço Social no Brasil

A Questão Social¹ tem os seus primeiros traços, segundo IAMAMOTO (1991), com o fim da escravidão e o surgimento do trabalho livre, marcado agora pelos moldes capitalistas, onde o trabalhador passa a vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Com a industrialização as pessoas emigraram para os centros urbanos, principalmente para os pólos industriais, surgindo os grandes aglomerados nesses centros. Os operários viviam em péssimas condições de vida, com péssimos salários e carga horária de trabalho exaustiva, resultando na emergência e eclosão da questão social, ocasionada pelos antagonismos e contradições do capitalismo.

Diante deste contexto, os operários começaram a se reunirem em movimentos de lutas por melhores condições de vida e seu reconhecimento perante o Estado e a sociedade burguesa. O Estado para paralisar e reprimir a classe operária considerava a questão social como “caso de polícia”, pois ela era tida como ilegítima, por isso, utilizava-se de seu aparelho repressor. Quando essas mobilizações e a entrada dos operários no cenário político passaram a ser uma ameaça para a burguesia e para a igreja, a primeira passou a exigir medidas para o Estado paralisar essas mobilizações. Diante disto, o Estado e a Igreja passaram a reconhecer à questão social concedendo alguns benefícios a classe trabalhadora através da assistência e da caridade.

Para a igreja, a questão social era tida como uma questão moral e religiosa (IAMAMOTO 1992) e lançou a Reação Católica para recristianizar a sociedade e transmitir a ideologia e a moral da igreja católica.

[...] Impõe-se uma ação doutrinária e organizativa com o objetivo de livrar o proletariado das influências da vanguarda socialista do movimento operário e harmonizar as classes em conflitos. (IAMAMOTO, 1992, p.19).

O Estado diante da grande pressão sofrida pela burguesia passou a conceder benefícios e concessões para a classe trabalhadora através da implementação de políticas sociais, com isso a questão social passou de “caso de polícia” para “caso de política”. Assim o Estado paralisava os conflitos entre operários e burguesia, mantendo a reprodução do capitalismo.

¹ De acordo com Iamamoto (2008, p.156), [...] a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital e fetiche.

É neste processo histórico que surge o Serviço Social, como estratégia da burguesia, igreja e Estado para controlar, manipular e abafar os movimentos da classe trabalhadora. É uma profissão que nasce de um projeto burguês, marcada por antagonismos e contradições do capitalismo e do trabalho, e pela doutrina social da Igreja Católica.

Segundo afirma MARTINELLI (1997, p.67):

O Serviço Social já surge, portanto, no cenário histórico com uma identidade atribuída, que expressa uma síntese de práticas sociais pré-capitalistas - repressoras e controlistas - e dos mecanismos e estratégias produzidas pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e definitiva consolidação do sistema capitalista.

Para IAMAMOTO (1992), a profissão não tem sua marca apenas como sendo caritativa, mas como uma forma de intervir ideologicamente na vida cotidiana da classe trabalhadora através de atividades assistenciais, evidenciando-se uma ação educadora entre estas famílias. “[...] O Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (Ibidem, p.21).

O processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social dar-se no processo em que surgem e desenvolvem-se as grandes entidades assistenciais, abrindo-se o mercado de trabalho para os assistentes sociais, rompendo com o bloco católico.

O Serviço Social deixa de ser uma forma de intervenção política de determinadas frações de classes, a qual se baseia no assistente social e é implementada - através da Igreja - pelos segmentos femininos destas mesmas frações de classes para ser uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto do bloco dominante (IAMAMOTO, 1998, p.315-316).

Com isso o Serviço Social passa a ser uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo, tendo ampliação do seu suporte técnico - científico adquirido com o desenvolvimento das escolas e faculdades.

A partir deste contexto, o Serviço Social deixa de ser um distribuidor de caridade, passando a ser um executor de políticas sociais junto aos segmentos necessitados.

[...] o Serviço Social institucionalizado: integrando-se a uma grande diversidade de instituições que se definem a partir de práticas sociais e assistenciais determinadas, o Serviço Social tem por clientela privilegiada os segmentos mais carentes que têm acesso a elas (IAMAMOTO, 1998, p.317).

A prática do assistente social passa a ser voltada para uma ação educativa de atividades burocráticas, auxiliares e de aconselhamento, através do plantão, da triagem e encaminhamentos com um caráter seletivo e limitado do seu aparato assistencial e previdenciário, evidenciando-se o caráter excludente e seletivo da população usuária, que passa a não atender a grande demanda que busca por serviços. É uma prática ainda marcada pelo conservadorismo² e assistencialismo³ numa perspectiva fatalista⁴.

No ano de 1950, tem-se a perspectiva do Desenvolvimento de Comunidade que tendo como objetivo a busca de alternativas para atuação comunitária, vendo a realidade de forma ampla e assim intervir sobre esta, na busca de uma transformação societária, rompendo com os moldes importados e tradicionais (caso, grupo e comunidade).

A década de 60 é caracterizada pelo movimento de Reconceituação Latino-Americano que tinha em sua expressão a crítica ao “Serviço Social Tradicional”, buscando uma ruptura com a herança conservadora e uma renovação profissional.

De acordo com NETTO (2005, p.10):

Esta frente renovadora compunha-se, basicamente de dois grandes segmentos: um deles apostava numa espécie de agionamento Serviço Social, capaz de modernizá-lo a ponto de torná-lo compatível com as demandas macrosociedade, vinculando-o aos projetos desenvolvimentistas de planejamento social; outro, constituído por setores mais jovens e radicalizados, jogava numa inteira ruptura com o passado profissional, de modo a sintonizar a profissão com os projetos de ultrapassagem das estruturas sociais da exploração e dominação (NETTO, 2005, p.10).

Na perspectiva da Renovação da profissão NETTO (1998) aponta três vertentes: modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora é a tentativa de adequar os profissionais as tendências sociopolíticas que emergiam com a ditadura e conseqüentemente fazer com que o Serviço Social utilizasse sua intervenção de acordo com os interesses capitalistas, evidenciando o caráter conservador da profissão e o caráter de dominação do Estado.

² O conservadorismo é a autopreservação de grupos de indivíduos que exerçam algum tipo de predomínio político, social ou econômico, ou seja, a manutenção da hegemonia burguesa, da ordem capitalista.

³ O assistencialismo surge como algo voltado a moral, a religiosidade, através da caridade, da ajuda da filantropia, é tido como algo pontual, que ajuda apenas as necessidades individuais e não como algo mais amplo que vise uma transformação social.

⁴ Fatalismo é aquela visão de que não podemos mudar os fatos, mudar uma realidade, influenciar e transformar os acontecimentos, é como que algo já estivesse predeterminado e não pudesse ser alterado.

Em meados dos anos 70, esta perspectiva começa a ser posta em questão, mostrando-se incapaz de atender as expectativas profissionais que eram resistentes a laicização do Serviço Social.

Na perspectiva de reatualização do conservadorismo vai ter-se o resgate da herança conservadora, buscando romper com o pensamento crítico, trazendo à tona as práticas tradicionais, como a ajuda psicossocial.

Na década de 80, diante do quadro de descontentamento que se evidenciava se tem a Intenção de ruptura, ou seja, os profissionais que assumiam uma postura crítica a autocracia burguesa, tem-se a “[...] seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais” (NETTO, 1998, p.250).

Se por um lado esta vertente não possibilitou uma inteira ruptura com a tradição conservadora, tanto na sua teoria como na prática, por outro lado, permitiu que os profissionais assumissem a teoria crítica dialética marxista, que influenciou seu quadro teórico-metodológico, permitindo sua aproximação com a classe trabalhadora e com os movimentos sociais. Vale ressaltar que em um primeiro momento a aproximação a teoria de Marx se deu de forma enviesada, pois não buscava-se os escritos de Marx, mas de seus intérpretes.

Nos anos 90, tem-se “um processo de atualização dos princípios éticos e políticos e dos procedimentos técnicos operacionais do Serviço Social” (CFESS, 1993, p.13), culminando na promulgação da Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social.

O Assistente Social passa a ter um referencial crítico, uma formação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para dar respostas eficientes no enfrentamento da questão social nas suas mais variadas expressões. Desenvolvendo uma prática articulada com a realidade, as demandas e as necessidades dos usuários, ou seja, um exercício profissional voltado a um projeto coletivo a favor dos direitos dos usuários.

Esse fazer profissional vai ser regido pelo projeto ético-político que é um projeto coletivo da categoria do Serviço Social (que vem sendo construído até os dias atuais) e que tem como norte a transformação social, visando uma nova ordem social. É, portanto, a autoimagem da profissão para direcionar a prática e a produção de conhecimentos que envolvem valores que a legitimam socialmente.

Este projeto materializa-se com os valores e princípios do código de ética de 1993, que vai dar todo respaldo jurídico ao profissional e valor ético perante os usuários na sua prática e diante outros profissionais e as instituições públicas ou privadas. Sua dimensão política pauta-se na democracia, equidade e justiça social, tendo como valor ético central a liberdade,

enfocando princípios como autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos, garantia do pluralismo através do respeito aos usuários, profissionais e correntes teóricas.

Materializa-se também com a Lei nº 8.662/93, que em seu artigo 4º dispõe sobre as competências do Assistente Social e no artigo 5º prescreve-se as atribuições privativas dos mesmos, bem como com as diretrizes curriculares, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, que norteia a formação, direcionando a prática profissional.

Este Projeto ético-político enfrenta diversas dificuldades para efetivar-se na contemporaneidade, tendo em vista a nova ideologia capitalista, ocasionando grandes transformações societárias, incidindo em grandes impactos na sociabilidade, como aponta (KAUCHAKJE, SILVEIRA & BATTINI, 2005, p.7):

[...] Perfil demográfico, expansão urbana, crescimento do terciário, mudanças na estrutura da família, transformações culturais (mercantilização e culto ao individualismo). Tais aspectos, dentre outros, reconfiguram as expressões da questão social particularizadas nas vulnerabilidades pela condição de risco pessoal e social: desemprego, violência, pobreza, trabalho e exploração infanto-juvenil, degradação ambiental, ciclo de vida, discriminação étnica, de gênero, e por necessidades específicas, dependência de psicoativos, ausência ou insuficiência de moradias e equipamentos sociais nos patamares consensuados, entre outros.

Portanto, fica evidente que na contemporaneidade a questão social, apresenta novas expressões, sendo mais agravante e de forma globalizada, aumentando a pobreza, o desemprego, o pauperismo e as desigualdades sociais, e tendo-se uma naturalização da pobreza.

Segundo IAMAMOTO (2001, p.18):

[...] presencia-se hoje uma renovação da velha questão social, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção/reprodução na sociedade contemporânea, aprofundando suas contradições.

Na esfera da reforma do Estado, a sua intervenção torna-se mínimo para o social e máximo para o capital, tendo uma desmontagem do sistema de proteção do trabalho, um enxugamento do setor público, repercutindo diretamente no sucateamento das políticas públicas, passando a serem focalizadas, seletivas e imediatistas. Este Estado mínimo vai favorecer a privatização dos serviços e bens públicos como: a educação, saúde, previdência, segurança pública, entre outras, para atender os interesses privados. O Estado reduz suas

responsabilidades, transferindo-as para a sociedade civil, constituindo-se uma “nova responsabilidade social”, surgindo as Organizações Sociais (OS), o Terceiro Setor e as Organizações Filantrópicas, estas vão intervir na questão social para “amenizar” as desigualdades, prestando serviços públicos, porém, do setor privado, recebendo incentivos fiscais do setor público.

É neste contexto conflitante que os Assistentes Sociais são chamados a atuarem na contemporaneidade. Tendo-se um aumento da demanda por serviços, por parte da população usuária, onde os profissionais deparam-se com a falta de verbas e recursos das instituições para a implementação de políticas públicas, principalmente das políticas sociais (campo de trabalho do assistente social para superação da questão social) marcadas pela burocratização e seletividade nos atendimentos. É no cenário das transformações sociais, econômicas e políticas advindas do capitalismo que são postas as mais variadas e complexas demandas para a profissão.

Sendo o Assistente Social um trabalhador assalariado, que tem como espaço sócio-ocupacional o Estado, organismos empresariais privados, terceiro setor, mediados por condições objetivas⁵ e subjetivas⁶, marcados pela sua relativa autonomia.

De acordo com IAMAMOTO (2008, p.416):

Verifica-se uma tensão entre o projeto profissional, que afirma o Assistente Social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares. (IAMAMOTO, 2008, p.416)

Para KAUCHAKJE, SILVEIRA & BATTINI (2005, p.27), relativo à profissão do serviço Social: “[...] Sendo socialmente determinada esta profissão se configura e apresenta novos formatos, no bojo da relação entre limites e possibilidades concretas nos diferentes espaços sócio-institucionais”, ou seja, o profissional vai ser um mediador entre os interesses da instituição e os interesses dos seus usuários, tentando aproximar-se dos interesses e necessidades deste último.

⁵ Segundo Guerra (2000), condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho.

⁶ De acordo com Guerra (2000), as condições subjetivas são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outros.

Um dos desafios que os assistentes sociais deparam-se na contemporaneidade é o de desenvolver a capacidade de decifrar a realidade da qual está inserido e a partir disto, construir propostas de trabalho criativas e capazes de efetivar os direitos, no momento em que vão surgindo novas demandas no seu dia-a-dia. Aproximar-se do modo de viver, das necessidades daqueles que se encontram na vulnerabilidade, para que estes alcancem a democratização sócio-econômica (IAMAMOTO, 2007).

Nos dias atuais a profissão precisa dar respostas para as antigas e novas demandas que emergem em seu cotidiano. GUERRA (2005, p.27) aponta:

No âmbito da dimensão instrumental da profissão há que se ter uma racionalidade (inclusiva, ontológica e crítica) que inspire nós profissionais a coragem para não retroceder, e proporcione a qualificação necessária para o enfrentamento das reformas (neoliberais e social-democratas); [...] uma racionalidade que possibilite conhecer os fundamentos da ordem burguesa e suas metamorfoses, as demandas emergentes, os objetos de intervenção (para o que atitude investigativa é condição); estabelecer os meios mais adequados para intervir sobre eles; avaliar a correlação de forças do momento [...] (GUERRA, 2005, p.27).

Portanto, diante das novas demandas que emergem das mais variadas expressões da questão social na contemporaneidade dentro dos limites e possibilidades, o Serviço Social terá sua atuação norteadas pelo projeto ético-político, articulado com as demandas e necessidades das classes trabalhadoras. O profissional deve utilizar-se de um trabalho sócio-educativo, com a finalidade de seus usuários terem a consciência de seus direitos sociais, bem como alcançarem a emancipação plena. No entanto, temos clareza dos inúmeros desafios que o assistente social depara-se em seu cotidiano nas diversas áreas de trabalho, em especial no âmbito da segurança pública, da qual detalharemos em linhas gerais, a seguir.

2 Trajetória da Política de Segurança Pública

No período da colonização do Brasil, a preocupação de Portugal era à defesa do território brasileiro contra as ameaças estrangeiras. No ano de 1542 na Vila de São Vicente em São Paulo, foi criada a Milícia composta por colonos e índios que tinha o objetivo de defender a vila de invasões.

No ano de 1549 foram formadas as Ordenanças para garantir a defesa interna das vilas e a ordem. As Milícias e as Ordenanças foram extintas por serem tropas indisciplinadas.

Conseqüentemente no ano de 1831, foram criadas as Guardas Municipais de Voluntários, que com o passar do tempo foram tendo denominações diferenciadas, e no ano

de 1947, através da Constituição Federal denominaram-se de Polícias Militares (LIMA, 2000).

Neste contexto histórico do Brasil, fica evidente que a idéia de Segurança Pública vem desde o período colonial, e foi sofrendo mudanças no decorrer dos anos. Tradicionalmente é função do Estado prestar segurança a população, garantindo sua integridade física e moral, e que esta população deveria ter uma convivência harmoniosa, por meio do exercício do poder da polícia, ou seja, o Estado tinha o dever de garantir uma convivência social livre da violência, e o pleno exercício da cidadania através do poder de polícia (JUCÁ, 2002).

De acordo com NETO *apud* JUCÁ (2002, p.1):

[...] o estado de paz social que experimenta a população, decorrente do grau de garantia individual ou coletiva propiciado pelo poder público, que envolve, além das garantias de segurança, tranqüilidade e salubridade, as noções de ordem moral, estética, política e econômica independentemente de manifestações visíveis de desordem.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no seu caput III, artigo 144, a definição de Segurança Pública sofreu uma alteração, onde passou a ser responsabilidade de todos:

A Segurança Pública, dever do Estado, direito responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...] (BRASIL, 2008, p.44).

A Segurança Pública é composta por um somatório de dispositivos e medidas preventivas, para que a população possa permanecer segura, livre do perigo, de riscos e danos que possam atingir sua vida e patrimônio, é uma soma de ações repressivas, preventivas judiciais e sociais para que a sociedade conviva de forma pacífica, e que esta também zele por sua segurança.

A segurança Pública enquanto atividade desenvolvida pelo Estado é responsável por empreender ações de repressão e oferecer estímulos ativos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegendo-os dos riscos a que estão expostos. As instituições responsáveis por essa atividade atuam no sentido de inibir, neutralizar ou reprimir a prática de atos socialmente responsáveis, assegurando a proteção coletiva e, por extensão dos bens e serviços [...] Atualmente

as funções de prevenção do crime, policiamento ostensivo e ressocialização dos condenados estão divididos entre o Estado, a sociedade e a iniciativa privada (SANTOS, 2006, p.1).

Este fato que desmonopoliza a polícia no combate do crime, é notório na contemporaneidade, devido ao modelo neoliberal que gerou grandes mudanças política, econômica, social, devido ao processo de globalização e financeirização do mercado, terceirização da produção, introdução de novas tecnologias, competitividade, dentre outros, aprofundando a questão social nas suas mais variadas expressões, tendo-se constatado um aumento da pobreza, das desigualdades sociais, da violência, da criminalidade, dos homicídios, dos roubos, etc. Todos esses fatores levam a sociedade a conviver com o sentimento de insegurança e de ineficácia das instituições públicas de aplicarem medidas cabíveis para a solução destes problemas, por isso, que a temática de Segurança Pública é uma das mais abordadas e mais preocupantes na atualidade.

Segundo NEVES (2002), A Política de Segurança Pública tem que levar em conta as características socioeconômicas e políticas que compõem o contexto da historicidade e da realidade do país, através de políticas que atinjam as causas sociais dos problemas. Tem que ser uma política ampla que vise à recriação de elos societários pautados na solidariedade social, com políticas públicas voltadas para a educação, a seguridade social, a geração de empregos, etc., e não uma política que se combata a insegurança da sociedade com políticas repressivas e com todo aparato policial repressor.

A Política de Segurança Pública é uma das políticas trabalhadas e campo de inserção do Serviço Social, bem como lócus de nosso estudo. Esta inserção correu primeiro nas instituições de juizados da infância e adolescente, penitenciárias, manicômios judiciários, estendendo-se para as delegacias e batalhões de polícia militar.

No caso do Estado da Paraíba, a inserção das práticas que se aproximavam do Serviço Social na polícia militar foi publicada na Lei 3.907 se 14 de julho de 1977, que no seu artigo 20, dispõe: “[...] sobre a criação de um órgão que passará a dar apoio pessoal, denominado de Centro de Assistência Social, flexibilizando a estrutura do comando da corporação” (BRASIL, 1997, p.08).

Nos anos de 1980, o então governador do Estado da Paraíba, Tarcisio de Miranda Burity, sancionou a Lei 4.316 de 07 de dezembro de 1981, da qual criou um quadro de servidores civis que passaria a fazer parte dos órgãos de Segurança Pública, no caso da Polícia

Militar, sendo 05 vagas de Assistente Social para o Comando Geral da Capital do Estado da Paraíba e 01 vaga para cada batalhão no interior do Estado.

MARCONSIN & FORTI (2004, p.4), apontam que o Serviço Social e a Instituição Policial apresentam determinadas aproximações e distanciamentos, ou seja:

[...] apresentam uma relativa aproximação, pois são requisitados para atuarem em uma mesma direção na sociedade capitalista brasileira - a direção posta hegemonicamente pelo Estado. São áreas de trabalho que atuam como dois dos múltiplos mecanismos que o Estado recorre para efetivar o controle da classe trabalhadora [...] simultaneamente, há distanciamentos e mesmo divergências postos pela configuração do trabalho profissional e, em especial pela direção política que historicamente vem sendo engendrada pelas duas referidas áreas de trabalho [...] a instituição policial tem sua intervenção voltada diretamente para a perspectiva legal e física, com um marcado conteúdo ideológico, sem que, ao menos aparentemente, haja questionamentos coletivos desse conteúdo por parte de seus agentes [...] O Serviço Social, por sua vez, também carrega uma dimensão ideológica, pois intervenção que incide na concretização de determinadas legislações, especialmente as sociais, e na materialidade da vida da população trabalhadora, na medida em que se insere no quadro da prestação de serviços sociais pelo Estado (MARCONSIN & FORTI, 2004, p.4).

Portanto, fica evidente que a criminalidade, a violência, as desigualdades sociais, etc. tida como expressões da questão social que na contemporaneidade é cada vez mais agravante, é um desafio, que pode ser superado com políticas públicas mais eficazes, uma política de Segurança Pública mais ampla que vá além do aparato policial. Sendo a instituição policial um campo de inserção do Serviço Social, e o Assistente Social um profissional que tem seu trabalho voltado para a classe trabalhadora na garantia e ampliação de seus direitos, enquanto a instituição policial tem como principal característica, a de ser aparelho repressor, na qualidade de mantedor da ordem e da paz, na maioria das vezes, a favor da classe hegemônica. Cabendo ao assistente Social a defesa do seu projeto ético-político na defesa da cidadania e na superação da ideologia da instituição policial.

3 Análises e discussões dos dados da pesquisa

3.1 Identificação da Assistente Social entrevistada no 2º BPM

Conforme elucidamos na introdução deste estudo, a Assistente Social entrevistada corresponde a 100% dos profissionais de Serviço Social que atua no 2º BPM de Campina Grande/PB.

Portanto, os resultados da pesquisa quanto aos dados de identificação conformaram-se da seguinte forma:

O setor de Serviço Social do 2º BPM é composto por 1 (uma) Assistente Social do sexo feminino. Tal dado caracteriza a questão de gênero, que desde a emergência da profissão possui um contingente majoritariamente feminino, como nos coloca IAMAMOTO (2007, p.104): “[...] uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres”.

A Assistente Social entrevistada teve sua formação acadêmica na Universidade Regional do Nordeste – FURNE, a qual se transformou na Universidade Estadual da Paraíba, tendo sua conclusão no ano de 1981, período em que os componentes curriculares são anteriores as novas diretrizes curriculares. Sendo que no ano de 1996 foi deliberada uma revisão no currículo mínimo do curso de Serviço Social, denominada de diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que norteia a formação, direcionando à prática profissional, a uma formação teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa, permitindo que o profissional tenha uma visão crítica e intervenha de acordo com a realidade na qual está inserida.

Quando indagada se optaria novamente pela profissão, a Assistente Social entrevistada relatou que:

Sim. Sinto-me satisfeita com o que tenho conseguido realizar como profissional. As dificuldades são muitas, no sentido de ocupar espaços e dar credibilidade a profissão em todos os setores onde atuei, porém o exercício profissional é sempre um campo aberto a novas possibilidades, o que leva o profissional a sentir-se em constante desafio (Assistente Social entrevistada).

Na contemporaneidade, onde a dinâmica social está em constante transformação, consequência da lógica capitalista que produz contradições e antagonismos, o profissional precisa ser qualificado e está em constante formação, articulando teoria e prática e ter um olhar crítico perante a realidade para que possa intervir nas mais variadas expressões da questão social. Neste contexto, a entrevistada possui especialização em Recursos Humanos e Gestão Pública e revelou ter conhecimentos em informática, por interesse pessoal.

No que refere-se a forma de admissão no 2º BPM, a Assistente Social afirmou que se deu através de indicação, possuindo segundo a entrevistada, vínculo permanente, desde o ano de 1988, mas tendo se afastado por alguns períodos do 2º. BPM, ficando a disposição de outros órgãos. Sua jornada de trabalho é de 30 horas semanais, o que está de acordo com a Lei

nº 12.313/2010 que estabelece esta carga horária de trabalho semanal para o Assistente Social.

Como a categoria dos Assistentes Sociais não possuem um piso salarial, este é estabelecido por cada instituição pública ou privada. Portanto, no 2º BPM, um órgão público estadual, a faixa salarial do profissional de Serviço Social está entre 02 a 03 salários mínimos. A Assistente Social entrevistada nos relatou que o seu salário não corresponde a um salário de nível superior, além disso, torna-se insuficiente para a sua manutenção pessoal, desfavorecendo sua qualificação profissional, como por exemplo na atualização de acervo bibliográfico, dentre outros.

Além do salário não corresponder às expectativas profissional, a instituição não oferece nenhum salário indireto, ou seja, nenhum benefício. O que levou a Assistente Social a trabalhar em outra instituição pública, na Secretaria de educação Esporte e Cultura da Prefeitura Municipal de Campina Grande, exercendo a função de Assistente Social da Equipe Multiprofissional da Coordenação de Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Neste contexto, podemos ressaltar que a ideologia neoliberal produz a flexibilização, a precarização do trabalho com rebaixamento dos salários, fazendo com que o profissional busque outras instituições de trabalho, passando a ter uma carga horária diária exaustiva para complementar à renda e suprir suas necessidades.

3.2 Condições objetivas e Serviço Social: uma análise da prática profissional do Serviço Social no 2º BPM

O Serviço Social tem sua institucionalização e legitimidade, estabelecendo-se como profissão, no momento em que o Estado e o empresariado utilizam o assistente social para intervir no enfrentamento da Questão Social, neste momento a profissão passa a ter seu reconhecimento social. Com isso o Serviço Social torna-se uma profissão liberal, com formação acadêmica, inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho de caráter coletivo.

De acordo com IAMAMOTO (2007), o Assistente Social dispõe de uma autonomia relativa, que é subordinada aos organismos empregadores, tais como o Estado, instituições privadas, empresariais, terceiro setor, etc., detentores dos meios e condições de trabalho (humanos, materiais, logísticos, financeiros). Esses condicionantes objetivos, que independem do desempenho do profissional, em especial, do Assistente Social, é que vão determinar o cotidiano de trabalho, caracterizando suas ações perante o atendimento aos seus usuários.

Portanto, percebe-se a tensão que se estabelece com o projeto ético-político da profissão, que estabelece diretrizes para que o profissional conduza suas ações sociais em favor dos seus usuários. No entanto, como o Assistente Social é um trabalhador assalariado, tem suas ações limitadas e submetidas a condicionantes objetivos (IAMAMOTO, 2008). Dessa forma, estabelece-se um dos maiores desafios para os Assistentes Sociais, que é buscar mediar sua ação profissional entre condicionantes subjetivos (desempenho profissional) e os condicionantes objetivos impostos pelos organismos empregadores, e romper com os vieses fatalistas (que não podemos mudar os fatos e a realidade) e messiânicos (de que o assistente social é o salvador, aquele que pode resolver todos os problemas), presentes no cotidiano de trabalho do Assistente Social.

3.2.1 As condições de funcionamento no 2º BPM

De acordo com a análise dos dados, constatamos que na visão da Assistente Social entrevistada, no que refere-se ao funcionamento, o 2º BPM tem seus recursos financeiros advindos do governo do Estado. A estrutura física necessita de reformas, ampliações e adaptações para uma melhor prestação de serviços ao público.

No que tange a credibilidade do público, verifica-se sempre uma expectativa de melhorias desses serviços por parte da população, por se caracterizar como organização prestadora de serviços de Segurança Pública. Essa expectativa se dá pelo alto índice e crescimento da violência e do sentimento de insegurança que perpassa a sociedade, exigindo ações efetivas e políticas públicas de segurança mais eficientes, contribuindo para o combate da criminalidade.

Neste sentido, indagamos a Assistente Social entrevistada acerca da necessidade de mudanças na organização e funcionamento do trabalho no 2º BPM e obtivemos o seguinte depoimento:

Como toda organização, a Polícia Militar é uma organização que requer algumas mudanças de forma a se adaptar às novas mudanças tecnológicas, sociais, organizacionais, entre outras, para se adequar às necessidades do mercado (Assistente Social entrevistada).

Vale ressaltar que o 2º BPM é um órgão público, que além de oferecer Segurança Pública, ele integra-se a sociedade através de várias modalidades⁷.

No entanto, apesar da estrutura e infraestrutura que o 2º BPM oferece, necessita-se de melhorias com instalações adequadas e acessibilidade para o atendimento ao público civil e ao próprio militar, como por exemplo, ampliar o setor médico, disponibilizar material de papelaria e escritório, equipamentos tecnológicos, dentre outros. Necessita-se também que a polícia invista nos trabalhos preventivos como, por exemplo, o PROERD e no trabalho social junto às comunidades.

Outro fator preponderante está relacionado ao fato do desconhecimento do trabalho de algumas profissões, principalmente do Serviço Social, bem como de uma melhor articulação dos setores internos do 2º BPM, para desenvolverem uma prática interdisciplinar, pois verificamos que o setor de Serviço Social funciona sem apoio logístico e financeiro, ou seja, a assistente social encontra diversos desafios e dificuldades para desenvolver sua prática, o que pode ser atribuído ao desconhecimento das atribuições do profissional ou por ingerência política, como melhor detalhado a seguir.

3.2.2 As condições de funcionamento do Setor de Serviço Social no 2º BPM

Segundo a Assistente Social entrevistada, o Serviço Social encontra, para desenvolver sua prática inúmeras dificuldades, afirmando que uma das maiores é relacionada a questão política da organização. Por ser uma organização militar possui um caráter hierárquico e disciplinador, além do paradigma “o policial é superior ao tempo”, o que tornou o militar ao longo do tempo menos suscetível a mudanças, ou seja, esta postura que o militar assume de que ele não precisa mudar, não precisa de apoio que ele é auto-suficiente torna-se um desafio para que o Assistente Social exerça o seu exercício profissional criando-se um distanciamento do militar com o Setor de Serviço Social.

⁷ O 2º BPM possui uma Banda de Música, Setor Médico oferecendo várias especialidades clínicas, atendimento psicológico, Setor de Serviço Social, Creche, Setores Jurídicos e de Ouvidoria e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência-PROERD. Ainda possui os setores de serviços internos como: Seção de gestão de pessoas-PM/1; Seção de inteligência-PM/2; Seção de Planejamento de Operações-PM/3 e Seção de Estatísticas e Avaliação-PM/4, além dos setores de apoio administrativo e das modalidades de policiamento: Rádio Patrulha; Força Tática; Pelotão de Choque; ROTAM; Cavalaria; ciclo Patrulha; GATE e o Policiamento Ostensivo nas ruas.

Podemos observar que as influências políticas composta por um jogo de forças de governantes vão determinar a estruturação dos Comandos da organização militar, impedindo que projetos e políticas sociais se concretizem, incidindo diretamente na efetivação da prática do Serviço Social.

Outra dificuldade encontrada de acordo com a Assistente Social entrevistada, para efetivar sua prática no 2º BPM é:

O entendimento da profissão Serviço Social como prestadora de serviços de assistência social, é um dos maiores entraves à execução de políticas inerentes à profissão (Assistente Social entrevistada).

Como o 2º BPM parte de uma organização militar que volta-se prioritariamente a repressão, demonstração de força e superioridade, e de policiamento ostensivo nas ruas, outros setores, como principalmente, o de Serviço Social não demonstram tanto interesse por parte dos comandos, que muitas vezes desconhecem o caráter da própria Segurança Social, onde as contradições sociais, fruto do modelo econômico dominante são determinantes da violência, da criminalidade e de tantas mazelas sociais, influenciando até mesmo a vida social dos militares e outros serviços que o setor de serviço social possibilita a estes como o esclarecimento e acesso aos seus direitos, etc.

A Assistente Social entrevistada também destacou a falta de recursos específicos ao Setor, visto que estes são repassados mediante solicitação ao Comando do Batalhão, ou seja, se tem uma grande burocratização para o acesso a estes recursos, que para o Setor são tão escassos, pois faltam recursos financeiros, logísticos, humanos, local adequado com privacidade para atender seus usuários, não lhe tem a disposição uma linha telefônica, nem um automóvel para a realização de visitas domiciliares e hospitalares. Para que o setor disponibilizasse de um mínimo de estrutura para funcionar, a Assistente Social com seus próprios recursos, teve que mobiliar a pequena sala com armários, cadeiras, mesa, computador, material de escritório, etc. Tal fato é justificado pela falta de interesses e investimentos da instituição, relacionados ao Serviço Social.

Portanto, fica evidente como os condicionantes objetivos mantém a Assistente Social refém, sem condições e meios para a efetivação do seu trabalho, o que torna um desafio para a profissional buscar mediar e superar estes entraves.

Para IAMAMOTO (2008, p.424

Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho.

É notório como os rebatimentos capitalistas incidem na prática do Serviço Social, onde o desmonte do aparelho estatal com o enxugamento dos investimentos no social, repercuti principalmente nas políticas sociais públicas fragmentadas e subordinadas a lógica econômica capitalista, agravando a questão social.

Quando indagada como definiria a prática do serviço Social no 2º BPM, a Assistente Social entrevistada nos relatou que apresenta duas características específicas, quais sejam: a primeira caracterizada como modelo de plantão social para o atendimento individual e emergencial das demandas na instituição e a segunda voltada a gestão de pessoas, quando se insere na mediação de conflitos institucionais e para eliminação de tensões funcionais na viabilização de benefícios sociais que interferem tanto nas relações sociais quanto funcionais dos seus usuários.

Neste contexto, constata-se o caráter burocrático, limitado e submisso as normas institucionais da prática do Serviço Social no atendimento das demandas, características do modelo de plantão, citado pela mesma, e de gestão em adequar os trabalhadores as normas institucionais e assim reduzir os conflitos entre trabalhador e instituição.

Com tantas dificuldades vivenciadas para o atendimento da população usuária de maneira satisfatória e de direito, a Assistente Social entrevistada pontua como de maior significação a relacionada ao desconhecimento real do papel do Assistente Social e das especificidades da profissão. A mesma ainda aponta como um desafio emergencial criar alternativas para desmistificar a profissão como sendo uma extensão da política de Assistência Social, e a figura do Assistente Social como um profissional que “resolve” as questões apresentadas pelos usuários.

A entrevistada citou algumas alternativas que lhe proporcionaria um melhor desempenho de sua prática, entre as quais: a adequação do espaço físico do setor, a fim de proporcionar um melhor atendimento; A criação no 2º BPM de um núcleo de atendimento

psicossocial aos policiais militares e familiares; Implementação de ações de divulgação da profissão e do papel do Assistente Social na Instituição, dentre outras.

Portanto, constata-se a ausência de um trabalho em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar⁸ dos setores no 2º BPM, sendo também apontado pela mesma como um dos entraves para o desenvolvimento do seu exercício profissional.

O trabalho multiprofissional ou interdisciplinar é de suma importância na atual conjuntura em que vivemos no mundo do trabalho, pois exige cada vez mais especialização e qualificação para a aquisição de conhecimentos para solucionar os embates em todas as políticas sociais. Permite um trabalho coletivo, num ambiente interativo, onde compartilha-se experiências e conhecimentos específicos em cada disciplina da área de formação de cada profissional na solução de problemas do seu público alvo e das instituições da qual estão inseridos.

3.2.3 A demanda para o setor de Serviço Social no 2º BPM

A maioria das demandas do 2º BPM postas ao Assistente Social são apresentadas espontaneamente, o que muitas vezes, se configura pela indicação de militares que já foram atendidos e conhecem o trabalho da Assistente Social. Para VASCONCELOS (2006) a procura espontânea é aquela que o usuário procura de forma espontânea o setor de Serviço Social para obter o acesso aos serviços da instituição, obter informações, encaminhamentos, fazer reclamações.

No âmbito do 2º BPM, segundo a Assistente Social as demandas referem-se à busca da garantia do cumprimento de algum direito violado ou consecução de algum benefício de cunho financeiro. E as demandas que os comandos encaminham formalmente, são referentes às questões funcionais ou judiciais dos militares ou acompanhamento dos familiares destes e as demandas advindas do Setor de saúde.

Quanto aos critérios de seletividade no atendimento as demandas, a Assistente Social revela que para o atendimento em geral não existe critérios, mas o único critério de seletividade, refere-se ao programa proveniente do Centro de Assistência Social da Diretoria de Saúde e Assistência Social da Polícia Militar da Paraíba sediado em João Pessoa, para a

⁸ Segundo MELO & ALMEIDA (2000, p.228) [...] Um trabalho pode ser inter/multidisciplinar (quando há mais de um profissional envolvido), [...] interdisciplinaridade (relação de disciplinas a partir da relação hierárquica de uma disciplina integradora e coordenadora de disciplinas que recombina seus elementos internos [...]).

concessão de enxovais de bebês a policiais femininas e as esposas de policiais as quais encontrarem-se em período gestacional, são atendidos por este os militares com graduação até 3º Sargento.

Outro aspecto importante relacionado a demanda está na ausência de intersectoriedade no 2º BPM, vez que as demandas referentes ao setor de Serviço Social que são apresentadas em outros setores da instituição, em sua grande maioria, não são encaminhadas ao Serviço Social.

3.2.4 A prática profissional da Assistente Social no 2º BPM

Este item se configura na descrição da prática profissional do Serviço Social no 2º BPM, bem como da postura profissional e a direção sócio-política assumida pela Assistente Social entrevistada no seu cotidiano de trabalho, compreendendo que essa direção é norteadada pelo projeto ético-político profissional do Serviço Social, assim denominado a partir da década de 90 sendo definido como uma direção pautada no compromisso com a classe trabalhadora.

Refletir sobre esse projeto profissional, segundo IAMAMOTO (2008), supõe articular uma dupla dimensão, na qual uma está voltada às condições macrosocietárias que irão estabelecer o terreno sócio-histórico dos limites e das possibilidades em que se dá a prática profissional do Serviço Social e a outra, que refere-se a postura e as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnico-operativas dos Assistentes Sociais.

Neste contexto, para conhecer a prática profissional da Assistente Social no 2ºBPM, inicialmente indagamos a entrevistada qual a importância do Serviço Social na Instituição, o qual a mesma relatou que até pela dinâmica e as especificidades que o trabalho do militar apresenta, como o cumprimento da escala de serviço, os chamados destacamentos⁹, na realização de trabalhos extras para a complementação do salário, na sua imagem relacionado à força, a repressão e também da constante pressão e do risco ao qual o policial está submetido no combate a criminalidade, causando nestes alguns comportamentos específicos, que quando transferidos para a sua vida pessoal e social acarreta uma gama de problemas, que geralmente compromete o relacionamento familiar, comunitário e funcional, revertendo-se no estresse, violência, alcoolismo, entre outras mazelas que são desdobramentos do modelo capitalista, no

⁹ Nessa modalidade de trabalho os militares são transferidos para outras cidades para exercer suas funções e conseqüentemente são afastados de suas famílias.

qual aprofunda e agudiza as mais variadas configurações e manifestações da questão social, necessitam na maioria das vezes de um profissional qualificado.

Diante deste contexto, a Assistente Social entrevistada realiza visitas domiciliares e hospitalares para o acompanhamento das necessidades de apoio social dos Policiais Militares acometidos de doenças ou questões de vulnerabilidade social citados anteriormente, assegurando os encaminhamentos necessários. E ainda elabora estudos e pareceres de natureza técnico-científica, no âmbito sócio-jurídico, no que compete a sua área de atuação.

Na concepção da Assistente Social entrevistada o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social atende em parte aos interesses da população usuária, diante das possibilidades que são apresentadas para o exercício profissional, pois os atendimentos são singulares em detrimento do trabalho coletivo, ou seja, há dificuldades em realizar trabalho em grupo, pelos entraves da instituição, na figura de alguns comandantes do 2º BPM e dos próprios militares, que justificam a escala de trabalho, dentre outros afazeres que os impedem de participarem de trabalhos realizados pelo setor de Serviço Social. No entanto, a parcela que busca serviços tem recebido a atenção devida e os encaminhamentos que atendam as suas necessidades.

A Assistente Social entrevistada questiona as normas institucionais, pois estas em algum sentido atrapalham a sua prática.

A hierarquia existente no 2º BPM, por exemplo, impõe alguns limites para o exercício profissional da Assistente Social, pois distancia os usuários dos escalões inferiores (ex: soldados, cabos) do serviço social, por ser este um setor que eles consideram estar ligado ao Comando do batalhão, e assim temem que as informações colhidas pela Assistente Social sejam repassadas a este. No entanto, sabemos que cabe ao profissional seguir o seu código de ética, que preconiza o sigilo das informações repassadas pelos seus usuários.

Dessa forma, fica evidente a influência que a hierarquia no 2º BPM estabelece entre os militares, “compreendido” por ser uma organização militar, que estabelece este estereótipo de padrão e disciplina, deixando os militares com patentes inferiores, temerosos a punições e represálias. Por outro lado, os funcionários de escalões superiores (ex: Coronel, Ten. Coronel) sentem-se incomodados de procurarem o Serviço Social, por terem uma visão de ser um setor que presta assistência aos colegas mais necessitados financeiramente. Tal visão revela aquela compreensão leiga e conservadora de assistencialismo que é bem marcante na emersão do Serviço Social, como prestadora de assistência, de ajuda e caridade aos pobres e mais necessitados.

Destarte, cabe ao Assistente Social do 2º BPM romper com esta visão, impondo um posicionamento crítico que legitime sua ação profissional, ultrapassando o campo de executor,

para propositor de políticas sociais públicas, que presta serviços aos interesses da classe trabalhadora e de quem dele necessitar.

Quando indagada de como ela procede no caso de haver choque com as normas institucionais com os interesses dos usuários, a Assistente Social nos relatou que utilizaria das características da mediação tão necessária à profissão.

Segundo PONTES (2000, p.38), mediação é: “[...] a ação de atuar como mediador de conflitos de natureza política, jurídica, familiar, etc., visando à conciliação de interesses entre as partes”.

Para a Assistente Social entrevistada, geralmente, as demandas apresentadas são referentes ao resgate ou garantia de cumprimento de direitos, e que o opositor é alguém que representa o 2º BPM. Assim, a profissional utiliza-se da categoria mediação para solucionar os conflitos entre as partes.

Portanto, é notório como a categoria mediação é fundamental para a prática do assistente social, no conhecimento da realidade e sua intervenção nesta, bem como no atendimento das demandas sociais dentro do 2º BPM, e isso torna-se um desafio para este profissional que ver sua prática limitada pelas condições institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos e analisados no nosso estudo, foi possível constatar que o modelo de política neoliberal, traçada para o âmbito social e estatal, é produtor do Estado mínimo para o social, provocando enxugamento do setor público, uma desmontagem do sistema de proteção ao trabalhador, incidindo na precarização do trabalho.

Inserida na sociedade capitalista, a profissão de serviço social é tomada a partir da totalidade das suas relações, o que supõe a necessidade de sintonizar-se com as suas reformas, ajustes e ofensivas. Assim a análise também parte da compreensão de que a profissão, como os demais segmentos da classe trabalhadora, é atingida enquanto sujeito da atividade profissional, submetida às transformações no mundo do trabalho e, por conseguinte, ao mercado de trabalho.

No contexto do 2º BPM a assistente social entrevistada vivencia o processo de precarização do trabalho no seu exercício profissional cotidianamente, pois para que o setor de Serviço Social disponibilizasse de um mínimo de condições para funcionar, a assistente social teve que mobiliar uma pequena sala e adquirir material de escritório com seus próprios recursos financeiros, ficando claro que o 2º BPM não oferece recursos financeiros e logísticos para o setor de Serviço Social, tornando-se evidente a ingerência política com este.

De acordo com os resultados da pesquisa, não há dúvidas que a entrevistada encontra diversas dificuldades e desafios para desenvolver sua prática, mas a maior delas, segundo a assistente social, estar relacionada ao desconhecimento da profissão Serviço Social e das atribuições da Assistente Social por parte dos membros da organização e de seus Comandantes, ou seja, as condições objetivas limitam e colocam entraves no desenvolvimento da prática do Serviço Social, onde os Assistentes Sociais ficam submetidos aos organismos empregadores.

Nessa perspectiva, verifica-se também a existência de uma tendência caracterizada pelas dificuldades na intervenção profissional em relação a sua função ético-política, mobilizadora e organizativa da instrumentalidade necessária ao encaminhamento das lutas pelos direitos não acessados, bem como buscar romper com esse desconhecimento da profissão no interior da instituição, dando visibilidade a profissão.

Identifica-se ainda, que em se tratando da incompatibilidade entre a demanda dos usuários e as normas institucionais, a assistente social revelou usar da categoria mediação,

mesmo correspondendo a atendimento imediato, relacionado a atender os interesses diversos, isto é, tanto dos usuários como da instituição. Sob esta ótica, tal posicionamento tende a limitar-se à resolução isolada de problemas sociais em seu micro espaço de atuação. Assim, em seu macro espaço, essas intervenções profissionais expressam a falta de mediação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do assistente social. Tudo isso faz com que este profissional perca a noção das possibilidades e das limitações postas em seu cotidiano de trabalho, que tem como tarefa facilitar a universalidade do acesso aos direitos sociais e ampliação da cidadania, que caracteriza as diretrizes de seu projeto ético-político profissional.

Portanto, o Serviço Social no interior dos espaços ocupacionais devem criar possibilidades que proporcione estratégias fundamentadas no projeto ético-político da profissão que ampliem o campo do seu exercício profissional.

Segundo IAMAMOTO (2007), o Assistente Social deve ter a competência para negociar, mediar com a instituição empregadora os seus projetos, suas ações e consequentemente defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais, fortalecendo a categoria profissional.

O Assistente Social precisa ter um olhar crítico e conhecer a realidade da qual está inserido e assim buscar novas possibilidades e intervir de forma mais adequada sobre esta. Para isso o Assistente Social terá que se capacitar, com formação teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa com referencial crítico, assumindo novas competências para dar respostas através de políticas públicas mais eficientes para o enfrentamento da questão social e das necessidades da classe trabalhadora para o acesso aos bens e serviços sociais.

Nesse contexto e conforme os resultados analisados, concluiu-se que um conjunto de diversos fatores de ordem objetiva - os efeitos da política neoliberal, o trato dispensado à questão social, as condições estabelecidas pela instituição, entre outras - no espaço do 2º BPM, tem problematizado a prática profissional do assistente social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007. ISBN 978-85-224-4828-9.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**, 70 ed. Lisboa: Persona; 1997.

BRASIL. **Lei nº 3907 de 14 de julho de 1977**, Diário Oficial da Paraíba, João Pessoa-PB. 1977.

_____. **Lei nº 4316 de 07 de dezembro de 1981**. Diário Oficial da Paraíba, João Pessoa, 1981.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

_____. **Lei 8.662 de 7 de julho de 1993**, dispõe sobre a regulamentação da profissão do Serviço Social.

_____. **Lei nº 12.317 de 27 de agosto de 2010**. dispõe sobre a jornada de trabalho do Assistente Social de 30 horas semanais.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS. 2006.

GUERRA, Yolanda. **O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas**. In: Revista *Âgora: Políticas Públicas e Serviço Social*, ano 2, nº3, 12/2005. ISSN 1807-698x.

_____. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as Políticas Públicas*. Brasília: CEAD, 2000, ISBN 85-86290-25-4.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A Questão Social no Capitalismo**. Revista *Temporalis*. Ano II nº3, jan/jun 2001. ISBN: 85.85610-20-4.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008. ISBN 978-85-249-1345-7.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. ISBN 978-85-249-0693-0.

_____ & CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12 ed. São Paulo: Cortez: CELATS, 1998. ISBN. 85-249-0247-7.

JUCÁ, Roberta Laena Costa. **O papel da sociedade na política de segurança pública.** Jus Navigandi, Teresina, ano 7, nº60,11/2002. Disponível em: <<[HTTP://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3525](http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3525)>>. Acesso em: 13 abril. 2010,14:15.

KAUCHAKJE, Samira; SILVEIRA, Jucimeri Isolda; BATTINI. Odária. **Demandas identitárias e construção da autonomia.** In: Revista Àgora: Políticas Públicas e Serviço Social, ano 1, nº 2, 07/2005..ISSN 1807-698x. Disponível em: <<WWW.assistenciasocial.com.br>>. Acesso em: 02 jun. 2010, 17:25.

LIMA, João Batista (cel.). **A Briosa:** História da Polícia Militar da Paraíba. João Pessoa: Atual, 2000.

MARCONSIN, C. & FORTI, V. L. **Serviço Social e Instituição Policial:** aproximações e distanciamentos. In: Revista Àgora: Políticas Públicas e Serviço Social, ano 1, nº1, 11/2004. ISSN 1807-698x. Disponível em: <<WWW.assistenciasocial.com.br>>

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MELO, A. I. S. C. de. & ALMEIDA, G. E. S. de. **Interdisciplinaridade:** possibilidades e desafios para o trabalho profissional In: Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas públicas. Brasília: CEAD, 2000, ISBN 85-86290-25-4.

MINAYO, Maria Cecília de S. Pesquisa Social: **Teoria e método e criatividade**. Deslandes, S. F; NETO, O. C; GOMES, R. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. ISBN 85-326-1145-1.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64, 4 ed. São Paulo: Cortez, 1998. ISBN 85-249-0295-7.

_____. **O Movimento de Reconceituação**: 40 anos. In: Serviço Social e Sociedade. Reconceituação do Serviço Social: 40 anos depois. ano 26, nº84, São Paulo: Cortez, 11/2005. ISSN 0101-6628.

_____. O capitalismo contemporâneo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006 ISBN 85-249-1258-8.

NEVES, Paulo Sergio da Costa. **Espaço Público, Polícia e Cidadania**: em busca de novas formas de sociabilidade. In: Policia e democracia: desafios à educação em direitos humanos. Recife: Gajop, Bagaço, 2002.

PONTES, R. N. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas públicas. Brasília: CEAD, 2000, ISBN 85-86290-25-4.

RUDIO, F.V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica** Ed. 24, Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Emerson Clayton Rosa. **O Conceito de Segurança Pública**. 03/2006. Disponível em: <<[HTTP://br.monografias.com/trabalhos2/seguranca-publica.shtml](http://br.monografias.com/trabalhos2/seguranca-publica.shtml)>> 15 maio. 2010, 14:30.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**, 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. ISBN 85-326-0091-3.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

VASCONCELOS, Ana Maria. **Serviço Social e Práticas Democráticas**. In: Mota, Ana Elisabete et al (orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Ministério da Saúde, 2006.

APÊNDICES



Universidade estadual da Paraíba
Departamento de Serviço Social

PROJETO: Análise da Prática de Serviço Social no 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba na visão da Assistente Social.

ALUNA: Maria Alana Albuquerque Araujo

ORIENTADORA: Prof^ª. Ms. Alecsonia Pereira Araujo

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(ASSISTENTE SOCIAL)

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1) Sexo: Feminino () Masculino ()
- 2) Idade: _____
- 3) Naturalidade: _____
- 4) Ano de Formação: _____
- 5) Instituição de Ensino: _____
- 6) Opinião quanto á sua formação profissional na graduação:
Boa () Regular () Excelente () Ruim () Porquê?
- 7) Optaria por essa profissão novamente?
Sim () Não () Porquê?
- 8) Cursos de capacitação:
Especialização () Mestrado () Doutorado () Outros () Qual:
Nenhum () Porquê?
- 8.1) Em que área:
- 8.2) Instituição de Ensino:
- 9) Outro Idioma: Sim () Não () Qual:

10) Conhecimento em Informática:

Por interesse pessoal ()

Por necessidade do trabalho ()

Por outra razão () Qual?

Nenhum ()

11) Trabalhou anteriormente? Em que ou quais instituições?

12) Há quanto tempo trabalha no 2º. BPM?

13) Forma de Admissão:

Concurso Público () Indicação () Estágio () Transferência () Disposição

Outra () Qual?

14) Forma de Vínculo:

Permanente () Temporária () Quanto tempo? _____

15) Carga Horária: _____

16) Faixa Salarial:

1 S M () De 1 a 2 S M () De 2 a 3 S M () De 3 a 5 () Acima de 5 S M ()

17) Está satisfeito com o seu salário:

Sim () Não () Porquê?

18) Salários Indiretos:

Ticket Alimentação () Vale Transporte () Plano de Saúde () Atividade de Lazer ()
Outros () Qual:

19) Trabalha em outra instituição:

Sim () Não () Qual, função e porquê?

QUESTÕES INERENTES AO OBJETO DE PESQUISA

1) Qual a importância do Serviço Social para a instituição?

2) Na sua concepção, o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, atende aos interesses da população usuária?

3) De que ordem (política, econômica, social, etc.) são as dificuldades que você encontra na sua prática para realizar os serviços/atendimentos?

4) Quais são as condições de funcionamento do 2º BPM em termos de:

Recursos Financeiros

Estrutura Física

Credibilidade do Público

Relação com as outras instituições da rede de serviços

Relação hierárquica

5) Na sua opinião, há necessidade de mudança(s) na organização e funcionamento do trabalho no 2º BPM?

6) Como você definiria à prática do Serviço Social no 2º BPM ?

7) Como é a relação de trabalho com os outros profissionais com quem trabalha no espaço institucional?

8) Como você define a relação do Assistente Social com as demandas do 2º BPM ?

9) Há critérios de seletividade para atender a demanda?

10) Já houve casos do usuário reclamar da qualidade de algum atendimento?

Sim () Não ()

Se afirmativo, como você procedeu?

Se afirmativo, como você procedeu?

11) As normas institucionais atrapalham em algum sentido a sua prática?

12) Em caso de haver choque das normas institucionais com os interesses dos usuários, como você procede?

13) Quais as dificuldades e desafios encontradas para o desenvolvimento de sua prática?

14) Que sugestões você apontaria para melhorar o desempenho de sua prática profissional?

Assinatura do entrevistado

Data da entrevista: ____/____/2010__.